

Artigo

Da teoria à prática e vice-versa: partidos políticos e sociedade no Brasil na interpretação de Fernando Henrique Cardoso (1974-2017)¹

From theory to practice and vice versa: political parties and society in Brazil in the interpretation of Fernando Henrique Cardoso (1974-2017)

Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Doutorando em Ciência Política/USP
belinelli.leonardo@gmail.com

Resumo: O artigo analisa a interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre a conformação e estruturação do sistema partidário brasileiro no período compreendido entre o início do processo de redemocratização (1974) até a penúltima eleição presidencial (2010). Busca-se indicar como tal interpretação é calcada em análises sociológicas. Pretende-se indicar como Cardoso estabeleceu continuidades e rupturas interpretativas sobre o sistema político partidário ao longo do escopo temporal que delimitamos, especialmente no que se refere às mudanças programáticas e de bases sociais do PSDB e do PT. Mesmo levando em conta as variações de conjuntura e da própria trajetória política do autor, o artigo sustenta que o cerne teórico de sua análise – a imbricação entre partidos e classes sociais – não foi alterado ao longo do tempo, embora ambos tenham modificado suas feições nesse período. Ao final do texto, também exporemos, ainda que sumariamente, como a visão atual do autor sobre o atual momento político do país, marcado pelas jornadas de junho de 2013, pela Operação Lava-Jato e pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, se relaciona com seu pensamento prévio.

Palavras-chaves: Fernando Henrique Cardoso; Pensamento político brasileiro; sistema partidário brasileiro.

Abstract: The article analyzes the interpretation of Fernando Henrique Cardoso about

¹ O autor gostaria de agradecer aos dois pareceristas anônimos da Revista Teoria e Pesquisa pelos comentários e sugestões. Naturalmente, quaisquer eventuais equívocos são de responsabilidade exclusiva do autor.

the conformation and structure of the Brazilian party system in period from the beginning of the redemocratization process (1974) until the penultimate presidential election (2010). At the end of the text, we will also briefly outline the author's vision of the country's political moment, marked by *Operação Lava-Jato* and by the impeachment of former President Dilma Rousseff. It seeks to indicate how such an interpretation is based on sociological analyzes. It is intended to indicate how Cardoso established interpretive continuities and ruptures on the political party system along the temporal scope pointed out, especially noticing the programmatic changes and social bases of the PSDB and the PT. Even taking into account the variations in conjuncture and the author's own political trajectory, the article maintains that the theoretical core of its analysis - the imbrications between parties and social classes - has not changed during the time, although both have modified their features in that period.

Key words: Fernando Henrique Cardoso; Brazilian political thought; Brazilian party system

1. Introdução: ciência e política, uma vocação?

No imaginário intelectual e político disseminado, a trajetória de Fernando Henrique Cardoso possui duas fases: uma científica, outra política. Na primeira, prevaleceria o discípulo dileto de Florestan Fernandes, o animador do Seminário Marx (Schwarz, 1999; 2009; Lahuerta, 2008) e o responsável pelas negociações burocráticas para a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), instituto que dirigiu e no qual produziu um dos trabalhos mais conhecidos de sua produção, sua tese de livre-docência – *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* –, semente do célebre *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Já na segunda fase, prevaleceria, inicialmente, a figura do líder intelectual responsável pela criação do Centro Brasileiro de Análise Planejamento (CEBRAP), instituto que reunia uma parcela importante de intelectuais expulsos da universidade pelo regime de exceção então vigente no país, que logo se tornaria um líder político da resistência democrática e o acadêmico militante que decorria dessa situação.

Como de costume, as duas imagens tem *parcelas* de razão. Mais do que retificá-las, o objetivo deste artigo é, por assim dizer, indicar, no plano das ideias, a *passagem de uma à outra*. Ou seja: queremos indicar, a partir de um assunto específico – a interpretação de Cardoso sobre a estruturação social dos partidos políticos brasileiros a partir dos anos 1970 – como o autor usou seu cabedal intelectual para conformar sua ação política, o que, em certo sentido, contraria a tese weberiana que manda separar ciência e política, duas vocações que seriam essencialmente distintas (Rodrigues, 2009). Sem negar as

diferenças entre elas, cabe recordar a advertência de Antonio Gramsci segundo a qual todo político precisa interpretar a realidade para nela intervir (Gramsci, 1999). No caso em tela, a ponderação do marxista sardo se justifica plenamente; como veremos adiante, os assuntos de pesquisa de Cardoso – e, em especial, a situação de dependência do país – são precisamente aqueles os quais elabora como político, embora com orientação ideológica distinta daquela que adotava quando os estudou.

Para os nossos propósitos, é especialmente adequado tomarmos como referência o ano de 1974, pois foi no seu curso que Cardoso, junto com outros intelectuais do CEBRAP, passou a colaborar com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Cardoso, 2009, p.35) para a formação do programa eleitoral do partido. De certa forma, trata-se de um momento marcante da união – e da passagem - entre “ciência” e “política” em sua trajetória (Lahuerta, 2001).

Essas considerações iniciais são necessárias porque o tema de nosso trabalho é especialmente influenciado pela conexão entre ciência e política. O motivo é facilmente explicável: se, por um lado, há um cientista social ciente das dificuldades da institucionalização de um sistema partidário democrático no Brasil, especialmente durante e logo depois do fim da Ditadura Militar, por outro, há um político interessado em fazer parte da configuração que tomará o referido sistema. Em poucas palavras: *Cardoso era/é, simultaneamente, intérprete e ator do sistema partidário brasileiro*. Naturalmente, a passagem da posição de “cientista” para a de “político” altera as condições em que a análise sobre esse tema pode ser proferida pelo autor; isto é, existe uma tensão entre níveis diferentes de liberdade de interpretação, pois o político está comprometido com uma série de questões que afetam não só sua visão sobre o assunto, mas também a possibilidade de expô-la publicamente.

É certo que as reflexões iniciais de Cardoso sobre o sistema político partidário já ocorreram em um momento no qual sua trajetória política se iniciava. Disso deriva que mesmo suas reflexões iniciais, ainda feitas no contexto do CEBRAP, não tenham os moldes típicos dos estudos acerca do sistema partidário. Entretanto, pensamos que isso não diminui seu interesse; ao contrário: apesar de diferentes das monografias acadêmicas, pensamos que o estudo de suas reflexões sobre o sistema partidário brasileiro pode trazer conhecimentos úteis tanto para os atuais estudiosos do tema, eventualmente interessados em compreender a formação desse campo de estudos, como para os analistas

do pensamento político brasileiro, que podem ter novas chaves para compreender o pensamento e a ação de Cardoso.

Pela sua posição pública, o autor expressou sua posição sobre os partidos políticos brasileiros em várias circunstâncias e de diversas maneiras: escreveu na imprensa, redigiu artigos em revistas científicas, deu entrevistas para jornais e televisões, escreveu livros, fez pronunciamentos etc. Por isso, o material disponível para um trabalho como esse é imenso e de densidade variada. Como temos limitações, procuramos circunscrever nossa atenção para os textos e entrevistas que nos parecem mais elucidativos, porque sistemáticos, sobre a visão de Cardoso acerca dos partidos políticos brasileiro. Outra dificuldade de organização textual é a de que a reflexão do autor sobre os partidos políticos está diretamente relacionada ao diagnóstico sociológico que faz do contexto no qual escreve. Como não é o caso de descolar os dois polos – partidos e sociedade, pois justamente nessa articulação reside a riqueza de sua interpretação –, mas sim de explicar suas relações para o autor, é preciso que remontemos sempre ao que o Cardoso interpreta como sociologicamente decisivo para o momento no qual escreve. Ou seja, trata-se de explicar esses dois polos em movimentos constantes e relacionados.

Correndo o risco de adiantar o argumento, mas com a vantagem de torná-lo mais claro, apresentemos nossas chaves analíticas, resumidas como se segue: por um lado, procuraremos demonstrar que Cardoso *não mudou* sua maneira de enxergar a relação entre partidos e sociedade no Brasil. Isto é, veremos em todos os textos analisados aqui – que cobrem mais de quarenta anos – que o autor buscará sempre pensar a relação entre partidos e classes sociais. Por outro lado, mudaram no seu pensamento três elementos: i) o partido – e, portanto, a classe social – ao qual Cardoso se filia intelectualmente, o que só podemos compreender com o desenrolar de sua trajetória; ii) a análise sobre a própria vigência de classes sociais e iii) as possibilidades de intervenção dos partidos políticos na atualidade. Note-se que existe uma aparente contradição entre os pontos i) e ii), a qual deveremos explicar ao longo do artigo. Em suma: Cardoso continua seguidor do que poderíamos chamar de sociologia política (Sallum Junior, 2002), mas parece abandonar uma ideia mais estrita de classe social.

Nossa exposição seguirá o seguinte roteiro: na primeira seção, exporemos os pressupostos teóricos da interpretação de Cardoso sobre o sistema partidário em formação no período compreendido entre 1974 e 1982, bem como seu diagnóstico político sobre

aquele momento; na segunda seção, apresentaremos as interpretações do autor sobre o sistema político-partidário vigente no período compreendido entre 1982 e 2012. Na seção seguinte, apresentaremos algumas indicações sobre como o autor interpreta, atualmente, as possibilidades da política partidária no Brasil e no mundo. Por fim, encerraremos com indicações breves acerca da posição do autor no atual período político brasileiro, marcado pelas manifestações de junho de 2013, pela Operação Lava-Jato e pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

2. Os partidos brasileiros durante o regime militar: realidade singular e mudanças do capitalismo (1974-1982)

O ponto de partida lógico da análise de Cardoso sobre os partidos políticos brasileiros é oriundo das reflexões da Escola de Sociologia Paulista e, em especial, do marxismo renovado do Seminário d'O Capital (Gonçalves e Brito, 2017), qual seja: as condições sociais, políticas, culturais e econômicas dos países "periféricos" não são as mesmas das vigentes nos países "centrais", embora as primeiras não sejam alheias às últimas. Essa tese foi especialmente desenvolvida em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, trabalho em que Cardoso e Enzo Faletto (1973) argumentam que, por um lado, as ideias e os processos sociais do mundo contemporâneo, a partir da expansão capitalista, se espriam pela sua zona de influência, mas, por outro lado, seus funcionamentos dependeriam do lugar onde se concretizam, pois as realidades locais em que se realizam seriam distintas daquelas nas quais foram originalmente formuladas. Nos termos do autor, no "nível mais abstrato a discussão já foi colocada pela teoria da dependência: *as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá. Mas, são aves e também gorjeiam.*" (Cardoso, 1983 p.98, grifo nosso).

Dessa percepção resulta a ideia de que seria um equívoco, segundo Cardoso, imaginarmos que o sistema político brasileiro reproduziria as configurações dos modelos dos países centrais, cujo traço principal seria a identificação imediata entre os partidos e as classes sociais. Entretanto, isso não resultaria, como suporiam alguns, que se trataria de um sistema caótico e pouco estruturado (Cardoso, 1974). Tomado em conta o contexto – o processo de crise do milagre econômico da Ditadura e o início da chamada "transição democrática" –, fica fácil perceber que a intenção do autor é indicar que,

embora noutras bases, a consolidação de um sistema democrático aos moldes liberais no país era possível (Cardoso, 1983, p.106).

Em texto de 1974, momento ainda marcado pela forte repressão (Lahuerta, 2001, p.58-9), Cardoso se dispõe a realizar uma primeira formulação sobre o tema. Nela, se dedica a fazer uma breve recapitulação da história eleitoral dos partidos do período 1945-1964 em São Paulo e a investigar se o MDB conseguiria, naquela quadra histórica, representar as massas paulistas. Abaixo, citamos uma passagem que ilustra o pensamento do autor:

Em resumo, para os fins que aqui interessam, é preciso salientar que apesar das incongruências e incoerências de comportamento dos partidos e da discrepância entre os propósitos programáticos deles e os interesses pessoais de seus líderes, *houve em São Paulo toda uma gama de legendas que se não se constituíram como reais partidos, atuavam entre a faixa dos trabalhistas e dos progressistas, recolhendo os votos da massa popular.* (Cardoso 1974, p.50, grifo nosso)

Não é sem importância notar que a argumentação sobre a superficialidade dos partidos políticos brasileiros tem longa tradição em nosso pensamento político. Desde os teóricos do Segundo Reinado, passando pelos chamados intelectuais autoritários da Primeira República e pelo varguismo, existe uma costumeira identificação, tanto no pensamento à direita quanto à esquerda, entre os partidos políticos locais e as práticas privatistas, que teria como resultado a negação da sociabilidade política republicana.

A contraposição de Cardoso a tal argumentação surge em um momento específico. Com a vitória do MDB nas eleições de 1974, a estratégia de vincular o partido à sociedade civil e aos intelectuais demonstrou seu acerto. A partir daí, cresceu a tentativa de tornar o MDB a frente política de oposição da sociedade contra o Estado autoritário, identificado com a Arena. De forma subjacente, havia a ideia de que a implantação de uma sociabilidade moderna, com suas classes correspondentes, teria potenciais democratizadores. Como recorda Lahuerta, Fernando Henrique Cardoso assumiu papel de destaque nesse processo ao relacionar uma formulação da teoria da dependência, o caráter economicamente modernizador do regime militar e as teses da teoria do autoritarismo, a qual impunha protagonismo à sociedade civil. Combinadas, essas teses tornaram possível a discussão sobre a democracia (Cf. Lahuerta, 2001, p.73).

Em síntese: para atinarmos com os principais fundamentos da argumentação de Cardoso sobre as potencialidades dos partidos políticos brasileiros naquele período, é preciso compreender sua interpretação sobre o que via como uma nova fase do capitalismo, cujo traço principal seria a chegada de capitais produtivos estrangeiros nas periferias do sistema capitalista mundial (Cardoso e Faletto, 1973). Dessa novidade histórica surgiriam novos grupos sociais, novas expectativas e novas formas de sociabilidade que impactariam profundamente a tarefa de (re)construção de um sistema político democrático. De maneira mais extrema: as novas formas da sociedade imporiam a reformulação da forma dos partidos.

Com este argumento, reduzo, naturalmente, a abrangência da definição clássica (marxista e leninista) do Partido: ele não é sempre a expressão de um interesse de classe somado a uma ideia transformadora, uma concepção de mundo. Mas não quero eliminar a temática, também de Cerroni – ou de Gramsci – de que, de qualquer forma, o Partido é o lugar da *mediação* entre *ideia* e *interesse*, nó górdio de toda política. Apenas, quero dizer que esta mediação assume formas historicamente muito variáveis, das quais a noção de partido como “embrião de uma estrutura estatal”, e portanto revolucionário, porque em choque com a estrutura estatal prevalecente, é o resultado de uma situação histórica específica e não a matriz de toda definição *essencial* de partido. (Cardoso, 1983, p.100, grifos do autor)

Esclarecidas as bases da argumentação do autor naquele período, cabe explicitar as teses contra as quais ela foi mobilizada. Já mencionamos a primeira, típica do pensamento *conservador* brasileiro (Lamounier, 1997), segundo a qual o sistema político brasileiro é frágil, incompreensível e corrupto, e por isso a resolução adequada para seus problemas passaria pelo fortalecimento do Estado-nacional como “solução”. Também já aludimos, ainda que muito rapidamente, à segunda, que poderíamos denominar *liberal*, a qual afirma que um sistema político corretamente ajustado seria aquele no qual haveria uma relação direta entre classes e partidos (Schwartzman, 2007). Por fim, existiria a tese, identificada com a esquerda, especialmente a reunida no Partido dos Trabalhadores (PT) daquele período, de que o sistema político seria uma “armadilha” das classes dominantes para manter o seu poder (cf. Lahuerta, 2001, p.67-9). As críticas de Cardoso às teses mencionadas passam tanto pela sua teorização sobre o “novo caráter da dependência”, como por uma interpretação sobre os resultados das eleições ocorridas durante o regime militar.

Nessa referência, Cardoso indica que MDB e Arena eram expressões de uma vontade do eleitorado, que por sua vez era “distorcida pela apatia, pela falta de informação e pela violência”. (Cardoso, 1983, p.101). O mesmo valeria para os políticos, os quais eram constrangidos pela legislação autoritária a optar por um dos dois partidos. Entretanto:

Havia sim, se não uma “concepção de mundo”, uma oposição concreta de ideais quanto à forma de governar: democracia *versus* autoritarismo; e os interesses pululavam por trás dessa dicotomia, sem necessariamente alinharem-se de modo bi-unívoco. Mas não havia correspondência *articulada* entre sociedade e o Estado, no qual – se considerarmos o Poder Legislativo como parte, e parte fraca – deitavam raiz Arena e MDB. (Cardoso, 1983, p.101, grifo do autor)

A referida articulação teria sido gestada durante os anos do autoritarismo. Desse processo de maturação resultaria a formação da ideia, especialmente nos campos à esquerda, de que a noção de *sociedade civil* designaria tudo aquilo que estava alheia ao controle autoritário. (cf. Cardoso, 1983, p.101), o que, por sua vez, conformaria uma noção contraditória, pois nem tudo que escapava ao regime militar era, necessariamente, “progressista” ou “democrático”. Segundo Cardoso (1983), desse quadro resultou o surgimento dos partidos políticos brasileiros, os quais foram marcados por suas origens estatais – afinal de contas, foram criados a partir de decisões do Estado autoritário - e por suas ideologias antiestatais. Acresceria, ainda, que o período do regime militar seria caracterizado pelas alterações das relações entre Estado e sociedade no Brasil, especialmente no que se refere à industrialização do país, realizada pela atuação do Estado em conjugação com os interesses do capital internacional (Cardoso, 1993), como sugeria a tese do “novo caráter da dependência”. Em resumo: além de autoritário, o Estado daquele período fazia parte do próprio processo produtivo. Essas características imporiam, por sua vez, formas específicas aos conflitos sociais básicos, assunto por excelência dos partidos políticos. Entre esses conflitos, estava o de classes.

Se a nova sociedade industrial interpenetra Estado e sociedade, a verdadeira questão dos partidos e de sua representatividade não está na polarização entre “sociedade dos produtores” e a sociedade dos administradores e dos coautores. *Ela está na capacidade (ou não) de os partidos lançarem pontes (moverdiças) para um e para outro lado da antinomia, como os famosos ‘forward and backward languages’, do desenvolvimento econômico.* (Cardoso, 1983, p.103, grifo nosso)

Essa nova estruturação produtiva e de seus conflitos correspondentes faria com que, segundo o autor, os partidos políticos contemporâneos se tornassem “contraditórios neles próprios” (*idem*, p.103), pois precisariam fazer conexões tensas entre os interesses do Estado e da sociedade. Desse ângulo, podemos perceber duas ressalvas importantes do autor às teses conservadora e de esquerda: se a primeira sofreria de um déficit democrático, a segunda se equivocaria em adotar uma posição antiestatal, o que resultaria da falta de percepção de que os conflitos redistributivos, nos dias de hoje, passam efetivamente pela disputa por espaços no processo político que, embora imperfeito, determina as ações do Estado. Já no que se refere à tese liberal – a qual, como veremos adiante, parece ser a qual com que Cardoso mais simpatiza dentre as criticadas –, o autor aponta que seu equívoco estaria em supor que as clivagens sociais e políticas no país deveriam reproduzir aquelas vigentes nos países modelares.

Como já mencionado, neste momento – estamos na transição da década de 1970 para a seguinte – Cardoso já era um ator político, com uma dada interpretação não só da realidade local, mas também sobre as possibilidades de nela intervir. Ou seja: o autor-ator tinha *um programa político que esperava ver realizado*. Embora sua intenção política não afete necessariamente a objetividade com a qual tratava a questão do sistema político partidário brasileiro, ela ajuda a explicar o sentido de suas críticas aos paradigmas rivais, em especial aqueles vigentes no campo da esquerda, no qual o autor disputava espaço político. Em outras palavras: suas críticas mais intensas aos paradigmas da esquerda se explicariam justamente pela sua inserção nesse campo de disputas. Isso fica especialmente claro em texto de 1978 – portanto pré-multipartidarismo –, no qual o autor identifica dois paradigmas vigentes na esquerda (Cardoso, 1978): um vinculado ao que poderíamos chamar de “basismo” dos movimentos sociais – o qual, embora não dito de maneira explícita, parece ser uma referência às influentes formulações dos intelectuais reunidos no CEDEC, então próximos do PT (Lahuerta, 2001, p.83) – e aquele identificado com o partido de vanguarda, típico da tradição política leninista.

O primeiro paradigma afirmaria que no Brasil existia – existe? – uma distinção radical entre elite e massa, a qual teria sido fortalecida ao longo do processo de desenvolvimento excludente do capitalismo brasileiro. Cardoso sintetiza a argumentação desse paradigma na seguinte passagem:

O Estado é a fivela que amarra o interesse das elites (empresariais e outras) para que se possam exercer seu domínio de classe, oprimindo a 'sociedade civil'; o jogo dos partidos – superestrutural – é indiferente à sorte das massas e, de algum modo, ao próprio sistema político – especialmente o atual, autoritário-militar, mas em tese qualquer regime que não haja emanado diretamente da base da sociedade [...] Por consequência, os caminhos da transformação social em favor dos assalariados e dos pobres dependerá da ação e da organização da 'sociedade civil' a partir dela própria, sem conexões com o Estado e com a sociedade política. . (Cardoso, 1978, p.9, grifo nosso)

Já o segundo paradigma sustentaria que é necessário distinguir, dentre a massa, os interesses mais avançados, que são os do proletariado. Por outro lado, estes interesses mais avançados se contrapõem aos interesses mais avançados das elites, que seria o do “grande capital”. Assim, proletariado e burguesia seriam diferentes das demais camadas sociais pelas posições específicas que ocupam na economia capitalista. Por consequência, o partido progressista deveria se articular em torno do primeiro para derrotar o segundo. Os demais partidos – representantes das classes dominantes, ou das médias ou dos setores “populistas” - seriam diferentes do “Partido dos trabalhadores, posto que este e só ele é portador da verdade histórica dos oprimidos.” (Cardoso, 1978, p.10).

Embora reconhecesse que nenhum partido adota tais paradigmas de maneira pura, Cardoso utiliza esses dois “tipos ideais” para criticar outros posicionamentos e estruturar a sua proposta de partido. A primeira crítica feita por Cardoso aos dois paradigmas tem a ver com o que chamava de “retrocesso liberal” na análise das relações entre Estado e sociedade civil. Isto é: ambos os paradigmas identificariam a “sociedade civil” com os setores oprimidos, esquecendo-se de que as camadas burguesas fariam parte dela. Ademais, também falhariam em perceber que apenas no modelo liberal seria possível as articulações de classes sem o Estado. Ao lado desses equívocos teóricos, haveria outro, por assim dizer, ligado à falta de compreensão sobre a atual estruturação imposta pelo capitalismo contemporâneo à sociedade.

(...) hoje, na época do capitalismo oligopólico, quando o Estado e economia se entrelaçam nem sequer os liberais realistas supõem a existência de um plano da pura articulação das classes, separado ou acima da política e do Estado. Não existem classes, em si, fora da política, [...] Num mundo de comunicação de massas e de ação social do Estado (INSP, sindicatos controlados, educação pública etc) as camadas populares e proletárias existem em interação direta com a política e com o Estado, consciente

ou inconscientemente. Só metafisicamente poder-se-ia pensar que uma classe *é o que é* [...]. (Cardoso, 1978, p.10-11)

Especificamente no caso do segundo paradigma, identificado com a tradição marxista-revolucionária, existiria a ideia de uma “relação quase técnica”, mediada pelo partido, entre base e cúpula, que constituiria o Estado. Neste caso, a política interviria na História por meio do partido, que, no entanto, está à margem da sociedade e do sistema político institucional. Para o autor, essa tese estaria presente em vários textos, mas dificilmente em um que se refira a “países nos quais o capitalismo oligopólico, a sociedade de massas e o Estado-polvo que penetra nos interstícios da produção e da ideologia constituem a regra.” (Cardoso, 1978, p.11). Além de ser uma proposta de partido inadequada para a hora histórica em que se encontravam as relações capitalistas, ela seria ainda pior para um país dependente e com burguesia local débil, que teria uma “heterogeneidade social” e um Estado com poderes crescentes.

A conjugação entre a transformação da sociabilidade capitalista e a estrutura social brasileira resultaria na “homogeneização” dos assalariados (cf. Cardoso, 1978, p.13). Desse ângulo, infere-se que Cardoso sugere que a política sempre deve ser compreendida a partir das relações de classe, as quais, no entanto, estão em processo de modificação de suas formas de existência. Junto com a transformação do capitalismo, houve a mutação das classes, as quais não exibem os mesmos traços que possuíam em fases anteriores do mesmo modo de produção. Adiante, veremos que Cardoso parece radicalizar o argumento, chegando a afirmar que as classes sociais deixaram de existir. (Cf. Cardoso, 2006; 2012).

Retomando o texto que estamos analisando, Cardoso faz um alerta crítico aos defensores de ambos os paradigmas: “Nestes [países dependentes], se a oposição deixa ao Partido da Ordem o espaço estatal [...], na verdade se retrai das arenas fundamentais nas quais se desenvolve o conflito, cometendo verdadeiro harakiri político.” (Cardoso, 1978, p.12). Podemos sintetizar as críticas de Cardoso aos dois paradigmas da seguinte maneira: seus defensores não compreenderiam que os modelos que defendem se baseariam em erros de avaliação sobre as classes populares brasileiras, bem como não levariam em conta as transformações do mundo contemporâneo. A insuficiência dos dois paradigmas aparece em outras questões, como no debate sobre as questões nacionais e populares. Mas essencialmente importante, segundo Cardoso, seria que nenhum dos

dois paradigmas teria uma visão sistemática sobre a democracia e seu papel progressista – no que, paradoxalmente, se aproximariam da tese conservadora. E mesmo no caso dos partidos reformistas – Cardoso parece pensar aqui no modelo eurocomunista, defendido então, entre outros, por Carlos Nelson Coutinho no famoso ensaio *Democracia como valor universal* (Coutinho, 1980) -, os quais teriam uma visão mais consistente sobre a democracia, seria preciso que pensemos de modo diferente do modelo de partido socialdemocrata europeu, pois não existiria um “sentimento democrático” no seio do povo brasileiro, não haveria movimentos dos trabalhadores organizados e nem a burguesia desejava fazer aliança alguma. Por fim, dada a heterogeneidade social, existiriam vários interesses das classes populares que também dificultariam o estabelecimento desta proposta. (Cf. Cardoso, 1978, p.15-16).

A síntese das críticas de Cardoso surge na forma de uma proposta política:

No Brasil atual, talvez se tenha a chance de combinar a massa não organizada com a nucleação dos setores assalariados mais avançados, constituindo-se partidos que sejam confederações capazes de incluir os polos de ativação política e as organizações da base da sociedade civil, numa única frente de luta oposicionista sem sufocá-las no burocratismo partidário. Fácil não será, nem será um caminho já trilhado e apoiado em textos clássicos. Mas tampouco a sociedade brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista dependente-associado são semelhantes às sociedades e ao processo histórico pelos quais passaram as sociedades clássicas de classe.. (Cardoso, 1978, p.17, grifo nosso)

Cardoso frisa que sua proposta é a de um “partido dos assalariados” e não apenas do proletariado. A intenção é clara: sua proposta visa abarcar, além dos trabalhadores dos setores modernos da economia, as classes médias urbana e rural, além de trabalhadores em “atividades econômicas instáveis” - estudados por vários intelectuais do CEBRAP, como Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick. Intuindo que o campo político à esquerda apresentaria resistência à ideia da incorporação de setores liberais e médios como componentes de um partido popular, Cardoso mobiliza dois argumentos, dos quais um, aquele referente à “homogeneização” das classes”, já foi exposto. O segundo sustenta que as “sociedades industriais requerem em alto grau um domínio sobre o sistema produtivo que só os setores assalariados médios asseguram.” (Cardoso, 1978, p.19). Por isso:

Um partido de assalariados que pretenda ser a base para o processo de democratização substantiva há de ser aberto aos diferentes aspectos da crítica contemporânea aos efeitos negativos do capitalismo oligopólico e terá a imensa tarefa de constituir-se como um cadinho da homogeneização política de interesses e aspirações tão díspares quanto os do bóia-fria que luta por contrato de trabalho, do camponês que deseja terra, do operário que reivindica controle e salário, do técnico que deseja a autonomia tecnológica nacional, da mulher que almeja igualdade, do oficial que deseja sua pátria respeitada, do estudante que quer liberação, e assim por diante. Se ele não for capaz de ser “moderno” ao mesmo tempo que essencialmente reivindicativo do primado de uma ordem social mais igualitária, dificilmente encaminhará com êxito o processo de fusão de várias aspirações que podem criar a força de um movimento político-social. (Cardoso, 1978, p.19-20)

Desse ângulo, podemos perceber certa aproximação entre a proposta de Cardoso e aquela identificada com o paradigma liberal. Embora se distancie de certos aspectos da imaginação política liberal – a qual suporia como necessária (e desejável) a reprodução das clivagens sociais e políticas dos países de democracia avançada –, Cardoso se aproxima dela em dois pontos importantes: na valorização da democracia liberal – elemento ausente, a seu ver, nas tradições conservadora e de esquerda – e na tese de que o sistema político deve, sim, ser compreendido a partir de uma gama ampla das classes sociais, e não apenas do Estado (como quer o conservadorismo) ou das classes populares (como afirmariam os paradigmas de esquerda). De passagem, observemos a centralidade que Cardoso já conferia a setores médios desde antes da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do qual é líder. Como não é o caso de saltar para a temática, que abordaremos a seguir, frisemos, depois de entendidos a análise o projeto político de Cardoso, *que andam juntos*, como o autor avaliou concretamente o sistema partidário brasileiro então em formação.

Da teoria à prática e vice-versa: o sistema político brasileiro da redemocratização, segundo Cardoso (1982-2012)

Como dissemos anteriormente, a partir desse momento, as reflexões de Cardoso sobre os partidos políticos brasileiros se tornam qualitativamente diferentes. Em primeiro lugar, porque assumem um caráter mais conjuntural, diferente de trabalhos acadêmicos; em segundo lugar, porque, como ator político de crescente relevância, suas

considerações são moduladas por essa condição. Levando-se em contas essas limitações, pretendemos sugerir que, a despeito delas, é possível divisar uma linha de reflexão do autor sobre o tema, a qual se baseia em uma coordenada principal: com a estruturação do sistema partidário brasileiro depois do regime militar, PT e o PSDB teriam se tornado os representantes de uma política “moderna” - embora o primeiro seja, compreensivelmente, visto com ressalvas crescentes ao longo do tempo pelo autor - em contraste com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que teria se tornado o representante orgânico das classes “arcaicas”. Entretanto, na falta de um texto sistemático que revele essa ordenação, impõe-se que procuremos seus indícios em textos de natureza variada, como registramos no início desse artigo. E nesses textos, o foco mais comum do autor é a autoanálise do partido que fundou, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Por conseguinte, uma estratégia de leitura e interpretação adequada para os nossos propósitos é a de investigar qual a autoimagem que Cardoso faz de seu partido e como ela é mobilizada para se contrapor aos demais.

As eleições de 1982 inauguraram o sistema multipartidário brasileiro, o qual vigora, apesar de algumas mudanças, até hoje. Em sua análise desse processo eleitoral, Cardoso mobiliza um esquema presente até recentemente em suas reflexões. Segundo ele, naquele contexto, PT e PMDB – e futuramente, o PSDB - disputariam o lugar da socialdemocracia no espectro político brasileiro. Vejamos como o autor analisa o desempenho do PT naquela conjuntura:

Começando pelo PT (que é mais como *os partidos de antigamente*), é inegável que lançou pontes em setores sociais definidos: operários do ABCD, classe média intelectualizada, segmentos do *povoão* influenciados pelo circuito da Igreja da Liberação. Não capturou, é certo, o movimento sindical; não se articulou nacionalmente; está penetrado por setores de ‘esquerda organizada’. Nada disso, no meu entender, diminui o feito: se não vier a ser o grande partido de massas sob a hegemonia dos trabalhadores, será, contudo, o partido de setores de trabalhadores e de setores intelectuais capazes de propor uma sociedade alternativa. Serão imperfeitos na proposta, contraditórios etc. Mas quem não? (Cardoso, 1983, p.104, grifo nosso)

Já o PMDB:

Onde reside a fraqueza de um partido do tipo do PT como expressão da vontade coletiva, surge o PMDB com força. As observações sobre o caráter de ‘frente’ mais do que de partido, desta agremiação política não captam o fundamental: nas sociedades de massa os

partidos democráticos, e abertos à variabilidade do social são, em certo sentido, frentes. Mas não perdem o caráter de partido, à condição de se posicionarem diante dos grandes temas, difusos mas capazes de produzir a clivagem política que permite ao eleitor uma *opção*. E à condição, também, de terem uma liderança capaz ao mesmo tempo de promover a negociação interna entre as alas do partido (ora cooptando, ora efetivamente abrindo espaços de participação e de expressão) e de exibir uma coerência simbólica frente às grandes questões nacionais. (Cardoso, 1983, p.104-105, grifo do autor)²

As passagens citadas revelam a avaliação contrastante do autor, que era, então, recém-alçado à condição de senador pelo PMDB. É curioso o lugar que o PT ocupa em sua reflexão. Por um lado, trata-se de um partido moderno, representativo e com propostas; mas aqui já aparece a ressalva do autor de que se trataria de um partido com ideologia ultrapassada. Por outro lado, o PMDB seria um partido potencialmente “novo”. As considerações guardam, no entanto, um tom amigável, que, ao que indica a trajetória de Cardoso, tinha como sentido abrir as portas para futuras alianças. Com o passar do tempo, essa possibilidade diminui e o tom se torna mais áspero de lado a lado. O ponto culminante desse processo será a publicação do livro mais recente de Cardoso, *A miséria da política – crônicas do lulopetismo e outros escritos* (Cardoso, 2015).

Retomando o raciocínio. Sem deixar de mencionar a renovação do Partido Democrático Social (PDS)- partido herdeiro da Arena e fundado sobre a dinâmica política clientelista -, a inconsistência do PTB, baseado nas personalidades de Jânio Quadros e Sandra Cavalcanti, e a busca do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em ocupar um espaço à esquerda do espectro político brasileiro, o essencial do diagnóstico do autor aparece na seguinte passagem, na qual se refere a São Paulo: “onde a classe trabalhadora conta, o PT e o PMDB ocuparam o eventual espaço de um partido socialdemocrata.” (Cardoso, 1983, p.106).

A relação entre Cardoso e o PMDB durou mais algum tempo. Em 1989, Cardoso e um grupo de políticos do então PMDB saem do partido, em função de disputas e desacertos na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1988, e fundam o PSDB. Segundo a narrativa de Cardoso, o processo de tensionamento entre o grupo que formaria o

² Em reforço à passagem citada: “E basta ver as profissões exercidas pelas pessoas que ocupam as posições de liderança interna do partido para verificar que o PMDB constitui o desaguadouro *político da classe média e das lideranças do setor popular*: o médico, o advogado sindical, o bancário, a professora, a assistente social compartilham (abocanhando as posições hegemônicas) com o líder sindical do interior, com o presidente do Sindicato rural e com o líder de bairro, o poder nos diretórios.” (*idem*, p.105, grifo nosso)

PSDB e o partido do qual faziam parte então, o PMDB, começou com o ingresso do Partido Popular (PP), fundado por Tancredo Neves, aos seus quadros no início da década. Com isso, alas conservadoras do PMDB e do PP teriam formado o que ficou conhecido “Centrão”, grupo ao qual o grupo político de Cardoso se opunha. Daí que Cardoso reclame o PSDB como o verdadeiro herdeiro dos ideais democratizadores e modernizadores do (P)MDB “autêntico”, o qual teria sido subjugado pelos representantes do “atraso” (Cf. Cardoso, 1988, p.1; 2006, p.131). Como se trata de um momento importante da trajetória do autor, vale compreender a sua narrativa.

Na conjuntura da ANC de 1988, os futuros fundadores do PSDB teriam tido posições contrastantes tanto à conjugação entre liberalismo e clientelismo típica do Centrão, como ao “nacional-estatismo” típico da esquerda varguista (Cardoso, 2006, p.133). Em suas palavras, esses *“constituintes [fundadores do PSDB] sentiam-se emparedados e desconfortáveis com tais posições, por não terem modo de expressar uma visão que fosse ao mesmo tempo progressista e não-estatizante. Não desejavam ser confundidos com o Centrão, nem tinham espaço na esquerda tradicional ou na esquerda petista.”* (Cardoso, 2006, p.133, grifo nosso). Atentemos bem: tanto o Centrão como a “esquerda tradicional” seriam *atrasados* – aliás, daí o termo “tradicional”. Por quê? Porque o primeiro, embora liberal, era clientelista³; já o segundo seria varguista e, portanto, defensor do modelo político que teria causado a desorganização das finanças públicas vigente naquele período. Assim, embora de esquerda, o nacional-desenvolvimentismo seria “atrasado” porque trazia propostas próprias de condições históricas anteriores. Neste sentido, podemos perceber que os eixos analíticos com quais Cardoso trabalha em sua análise dos partidos não são apenas “direita” e “esquerda”, mas “moderno” e “atraso”, como já revelavam suas considerações feitas nas décadas de 1970.

Depois de apoiar, ainda que ambigualmente (Cardoso, 1991; Toledo, 1998), Lula (PT) no segundo turno contra Fernando Collor de Mello (PRN) nas eleições de 1989, Cardoso assume postos no governo Itamar Franco (PMDB). Nessa condição, preparou a reforma econômica liberalizante que resultou na implantação do conhecido “Plano Real”, o que sedimentou o distanciamento entre PT e PSDB. A hostilidade entre ambos se fortaleceu e se radicalizou na disputa presidencial de 1994, na qual Cardoso (PSDB) e Lula (PT) se

3 A combinação entre ideologia “moderna”, o liberalismo, e a realidade (e práticas) “atrasada”, o clientelismo, já aparecia no doutorado de Cardoso (2003) e foi melhor desenvolvida por Roberto Schwarz no clássico “As ideias fora de lugar” (Schwarz, 2000)

confrontaram, com a vitória do primeiro. Esse distanciamento se consolida no seu governo, no qual optou por fazer uma aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), partido herdeiro do PDS e da Arena, o qual contava com um programa de reformas liberais “modernas” sedimentadas em estruturas políticas e sociais arcaicas, como revelavam a forte presença dos chamados “coronéis” em suas hostes.

Nessa condição, Cardoso, em entrevista concedida no momento em que disputava a reeleição, recorda:

O MDB era um partido *omnibus* – foi o que eu disse. Agora me põem “ônibus” e eu fico desesperado. Serjão disse que o PSDB vai virar ônibus. Eu disse *omnibus*, em latim: de todos. *Quando o PT surgiu, houve uma discussão interessante. Surgiu também a possibilidade de um partido europeu, do tipo europeu. Escrevi, na época, que ele vinha velho. Não achava que era esse o passo seguinte. Eu falava de partido de assalariados na época, contra o partido dos trabalhadores. A ideia de partido dos trabalhadores é uma ideia antiga, e é um partido que vem – não usei essas palavras, mas é isso – com uma noção fundamentalista, salvacionista. O ‘partido da classe operária’ é o partido que vai revigorar o mundo. Queira ou não, contém um germe de autoritarismo, porque ele é que é bom, os outros todos são ruins. Eu falava de partidos dos assalariados. Tentava, inclusive, fazer do MDB esse partido.* (Cardoso *apud* Toledo, 1998, p.230, grifo nosso)

Como se percebe, os argumentos que o autor utiliza para criticar o PT são similares aos utilizados em 1978, embora agora apareçam de forma mais aguda: o PT seria, naquela altura, um partido anacrônico, “de classe”, e antidemocrático, porque “salvacionista”. O resultado político da empreitada peessedebista foi a criação de um partido com bases sociais nas classes médias, como indica o próprio Cardoso quando afirma que “basta olhar a concentração de votos urbanos distribuídos ao PSDB no Sudeste e no Sul a ver a distribuição deles, *principalmente nos bairros de classe média*, para perceber quais são os setores mais afins com o partido.” (Cardoso, 2006, p.133, grifo nosso).

Desse quadro, resultaria, de acordo com Cardoso, a seguinte configuração ideológica do sistema político brasileiro: o PMDB se colocava como centro, com o PSDB e o PT à esquerda, e o PFL e o Partido Democrático Social (PDS) – na versão Partido Progressista Reformador (PPR), depois Partido Progressista Brasileiro (PPB) e, mais tarde, Partido Progressista (PP) – à direita (Cardoso, 2006, 130). Os partidos comunistas giram em torno do PT, o Partido Popular Socialista (PPS) oscilava entre PT e PSDB, e o Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB) e o Partido Liberal (PL) se situam entre PMDB e o PP. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) também comporia a esquerda.

Entretanto, o nível de entrelaçamento entre sociedade e partidos variaria. Ou seja: alguns partidos teriam maior capacidade de se enraizarem na sociedade. Para usarmos os termos de inspiração gramsciana (Oliveira, 1992), esses seriam os “partidos reais”, os quais teriam bases sociais sólidas que sustentam sua ideologia e sua ação. Sintetizando as indicações recolhidas em Cardoso (2006), podemos indicar que o sistema partidário brasileiro se articulava em torno de três grandes partidos – PMDB, PSDB e PT –, os quais contariam com bases sociais, ideologias econômicas e estilos diferentes. Vejamos:⁴⁵

“Partido real”	Atraso	Corporativista	Moderno
Partido político	PMDB (pós-Centrão), ⁴ PDS/PFL	PT	PSDB
Ideologia econômica	Liberalismo	Nacional Estatismo	Social democracia “brasileira”
Estilo	Clientelista	Sindicalista (próximo do clientelista) ⁵	Técnico

Um primeiro elemento poderá ter chamado a atenção do leitor atento: no quadro, as referências ao PT são ambíguas, com prevalência de caracterizações típicas de partidos “atrasados”, porque clientelistas. Isso não entraria em contradição com nossa afirmação anterior, segundo a qual Cardoso interpretaria o PT como um dos partidos “modernos” do sistema político brasileiro? Sem apelar para o gosto por paradoxos, a resposta mais adequada para ser *sim e não*. Cabe explicar.

Por um lado, as referências são óbvias e não podem ser negadas. Entretanto, o relevante seria compreender o *porquê* dessas alterações de juízos. Na década de 1980, Cardoso já criticava o PT por supostamente ser um partido “antigo”, mas a forma de sua crítica era distinta, na medida em que se visava disputar o mesmo campo político à esquerda; nesse sentido, a crítica do autor reconhecia que o PT era um partido que se articulava, ou pretendia se articular, com classes sociais modernas, ainda que a partir *de ideias que via como antiquadas*. Já no período dos anos 2000, a situação é diversa, pois PSDB e PT disputam votos e governos, mas não o mesmo campo político. Daí que a crítica de Cardoso – e a *peesedebista* em geral – ao PT parece conter um elemento menos construtivo e mais opositivo, como sinaliza a reprovação acerca das relações entre PT

⁴ Cf. CARDOSO, 2006, p.109, nota.6.

⁵ Cf. CARDOSO, 2006, p.105.

e PMDB, representante da política do “atraso” no país. *Ou seja: agora, o PT teria adotado não apenas ideias antigas, mas práticas políticas antiquadas.* Simultaneamente, Cardoso critica a transformação ideológica pela qual o PT passou: embora, em sua visão, o partido tenha acertado em deixar de lado uma retórica mais veemente à esquerda, a sua aproximação com a ideologia nacional-desenvolvimentista reperia outros problemas, como o resgate de ideias que seriam inadequadas no atual momento histórico. Essas críticas, muito disseminadas na mídia tradicional, foram subindo de tom com o passar dos governos Lula e Dilma e atingiram seu ápice no momento de crise econômica dos últimos anos e no consequente *impeachment*, de legalidade duvidosa, da ex-presidenta. Um ponto saliente dessa situação deu-se com a criação, por de Cardoso, do termo “lulo-petismo” e da adoção da corruptela “presidencialismo de cooptação” (CARDOSO, 2014, p.1) – uma crítica evidente ao conceito consagrado de “presidencialismo de coalizão”. No que se refere ao PSDB, o autor sustenta suas características essencialmente modernas com base na ideia de que seu programa político - a defesa da integração rápida ao processo de globalização – atrairia os setores supostamente mais modernos da sociedade brasileira, as classes médias.

Enfim, como esperamos ter evidenciado, a reflexão de Cardoso sobre o lugar político do PSDB no sistema partidário brasileiro tem como eixo a oposição de seu partido com o PT. O que se explica não só porque estes seriam os dois maiores partidos da esquerda brasileira – espectro no qual Cardoso, não sem insistência, localiza seu partido -, mas também porque, como o autor dá a entender (Cardoso, 2006, p.131), estes, apesar de não serem partidos majoritários, seriam aqueles que, por serem modernos, seriam capazes de oferecer, em termos gramscianos, uma direção política e moral para a sociedade. Passando à comparação entre PT e PSDB, Cardoso afirma que o primeiro

[...] foi a formação partidária que correspondeu a um momento de mobilização de massas urbanas, com apoio das organizações sindicais e das comunidades eclesiais de base, com seus desdobramentos, apoios ideológico-organizacionais e braços universitários, [já] o PSDB nasceu como consequência da presença de uma classe média urbana, profissional e universitária, mais incorporada às forças modernizadoras da sociedade e da economia. (Cardoso, 2006. p.131)

Note-se que a narrativa de Cardoso sobre a fundação do PSDB é muito próxima daquela que o autor havia feito sobre o PMDB em sua análise das eleições de 1982.

Se tomarmos como critério de avaliação de desempenho de um partido o seu processo de enraizamento popular, a disputa entre PT e PSDB parece ter se decidido, ao menos desde 2006, em favor do primeiro (Singer, 2012). O que importa destacar é que o próprio Cardoso parece, em alguns momentos, reconhecer esse fato. Se a questão decisiva do Brasil não eram os “trabalhadores”, mas os “excluídos” (cf. Cardoso, 2012, p.88), o PT parece ter desenvolvido mecanismos – entre os quais podemos apontar tanto uma linguagem política como políticas públicas próprias – de acesso a eles, o que o PSDB parece não ter conseguido. Ou seja, a procura de Cardoso por atrair os setores dos “trabalhadores instáveis” para o seu partido, como sugeria sua análise original do MDB, fracassou, pois estes teriam aderido ao PT, partido que teria operado a conjugação de interesses entre estes setores e o “atraso”. A avaliação de Cardoso sobre esse processo é ambígua: por um lado, sugere que o PT seguiu o caminho que ele mesmo havia sugerido – isto é, o abandono da retórica sindicalista e radical, e por isso teria dado certo -; por outro, há evidente antipatias, naturalmente compreensíveis no plano da política, pela forma como o PT operou a mencionada conjugação. Nos termos do autor:

Com passar do tempo, o PT foi se transformando realmente no partido dos assalariados, não dos trabalhadores nem, na verdade, apenas dos assalariados. Lula no poder falava muito mais no povo, nos pobres. A linguagem do sindicato foi perdendo força, ao mesmo tempo em que o poder dos sindicatos aumentava dentro da estrutura do governo. (Cardoso, 2012, p.88)

Por outro lado

Já o PSDB foi ficando até mesmo sem esse discurso. Como o programa do PSDB foi de modernização do país, ele não tinha como fazer o discurso de uma corporação. O discurso tinha que ser mais global.

A modernização do país incluía quebrar as amarras da visão antiga de um crescimento fechado como precondição para repetir o crescimento que havia acontecido lá fora, o que implicava integrar a economia e mudar o Estado, entendido como um instrumento de crescimento ao lado do setor privado. O PSDB ficou perdido, sem saber se assumia publicamente essa nova visão ou não. (Cardoso, 2012, p.88-89, grifo nosso)

Sinal da ambiguidade que mencionamos está na advertência do autor segundo a qual o contraste entre o sucesso do PT e o fracasso do PSDB em conquistar o apoio popular não deveria apagar o fato de que “PT fez no governo a mesma coisa que nós

havíamos feito, porém sem jamais assumir que sua visão havia mudado.” (Cardoso, 2012, p.89). Em que pese a pertinência da observação de que as necessidades de governar faz partidos diferentes tomarem, quando nessa posição, posições similares; bem como o diagnóstico, hoje comum aos dois partidos, segundo o qual as possibilidades transformadoras radicais da política teriam sido apagadas no contexto contemporâneo, o argumento de Cardoso não é convincente; afinal de contas, se fosse assim, como explicar a diferença de sucesso entre os partidos? Na verdade, o reconhecimento de que o PT logrou conseguir apoio dos excluídos parece problematizar uma questão que parece trazer incômodos ao ex-presidente: como colocar em prática uma socialdemocracia – isto é, um regime de Bem-Estar - num país no qual a classe trabalhadora é desorganizada e há um imenso contingente de excluídos? Ou mais profundamente: como integrar um país com déficits sociais graves no chamado processo de globalização, cada vez mais exigente?⁶ Embora seja um fino analista da política brasileira, Cardoso parece ter dificuldade em lidar com essas questões. Esse impasse teórico se reflete, como se vê, em um problema prático.

A partir dessa problemática, podemos notar a via contrária da relação entre a teoria de Cardoso e sua prática. Ou seja, pode-se perceber como a prática influencia a sua teoria. Isso começa a ficar mais evidente quando observamos o ponto de chegada do pensamento do autor sobre o sistema político brasileiro é bastante diferente daquele que adotava nos anos 1970. Em vez do otimismo da construção democrática, já em 1998 (Toledo, 1998) começam a aparecer traços de certo pessimismo com a pouca estruturação ideológica dos conflitos políticos no sistema que deveria organizá-los. É certo que se deve levar em conta que esse desânimo pode ter relação com o desempenho de seu partido, que desde 2002 não conseguiu chegar à presidência da República; porém, aderir à ideia de que esse seria o único fator explicativo para o seu pessimismo seria, a nosso ver, recair em reducionismo. Afinal de contas, a insatisfação com as indefinições ideológicas e com a capacidade de atração de um Executivo poderoso (Cf. Cardoso, 2006, p.130) não são características apenas de militantes de seu partido.

6 A questão já era posta pelo autor em 1979, quando diz, comentando a industrialização dependente: “Obviamente não [resolve os problemas do povo]. Mercado não é sinônimo de população. A expansão do mercado não significa a melhoria dos níveis de vida do conjunto da população. Por certo, como em todo desenvolvimento capitalista, certos segmentos da sociedade ganham com a industrialização [...]. Mas nada assegura que o piso da sociedade – os trabalhadores rurais e o setor urbano que ganha salário mínimo ou menos que isso – obtenha uma melhoria. De igual modo, na reciclagem das funções da “baixa classe média” - os empregados de colarinho branco – podem ocorrer até mesmo perdas de renda relativa e, em certos momentos, absoluta.” (Cardoso, 1980. p.14 – grifo do autor)

3. Um novo momento histórico e o futuro incerto da política partidária

Se fomos bem sucedidos até aqui, teremos conseguido demonstrar os principais elementos articuladores da interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre a formação e estruturação do sistema partidário brasileiro. Em um primeiro momento, marcado por uma postura mais teórica, vimos como o sociólogo conseguiu conjugar sua análise mais ampla sobre a inserção do país no mundo com uma análise do sistema partidário local. No segundo momento, marcado por uma atuação político-partidária mais saliente, buscamos indicar a existência de uma estrutura cognitiva subjacente às suas percepções, mutantes, sobre o sistema partidário local. Talvez agora caiba indicar, ainda que brevemente, como o autor parece encarar o futuro da política partidária. Ou seja: como sua interpretação do curso do mundo se relaciona com o que percebe como crise da forma tradicional dos partidos políticos. Como nas seções anteriores, começaremos pelo seu diagnóstico teórico mais amplo para depois nos aproximarmos do nosso tema específico, os partidos políticos.

Para Cardoso, a sociedade contemporânea é marcada pelo fim de certo paradigma de sociedade, supostamente pautado pelos valores pré-estabelecidos, os quais seriam muito identificados com os valores da classe média tradicional. Assim, as camadas que ascendiam tinham a expectativa de "*repetir o caminho das gerações anteriores*. Ou seja, as pessoas tinham um sentimento real de que estavam progredindo, melhorando de vida, subindo na escala social. *Mas a escala estava dada*" (Cardoso, 2012, p.75-76, grifos nossos). Esta ideia valeria tanto para as trajetórias pessoais como para as possibilidades de desenvolvimento do Brasil, que também era pensado a partir da busca pela reprodução dos patamares econômicos, políticos, sociais e culturais atingidos pelos países centrais (Cf. Cardoso, 2012, p.77-8).

Hoje as coisas se passam de maneira diferente. A escala não está dada e os caminhos que estão sendo percorridos não são os mesmos que foram percorridos pelos pais. São novos caminhos. Essa sensação de estar vivendo algo inédito traz consigo uma sensação de insegurança. Todos percebem que algo está acontecendo. As coisas estão mudando. Mas que mudança é essa, para onde estamos indo? (*idem*, p.76, grifo nosso)

Exemplar desse momento seriam os traços que configuram a chamada “nova classe média”. Se, por um lado, sua conceituação se deve às suas características econômicas, no plano sociológico, ela permaneceria um objeto opaco, dada a sua heterogeneidade estrutural. Esse traço estaria ligado às recentes mudanças no mundo do trabalho, as quais tem gerado uma série de ocupações que dispensam a educação escolar “tradicional” em prol de iniciativas voltadas para inovações. Como era de se esperar, Cardoso conecta esse processo aos imperativos próprios da globalização, que seria o dínamo de modificações em tudo diferentes daquelas ocorridas anteriormente. O entusiasmo do autor com o processo social atual fica evidente:

Percebemos que há uma mudança grande em curso no Brasil. [...] Há mais recursos, oportunidades, coisas acontecendo por todo o país. Isso também é uma novidade. *O progresso e a sensação de maiores prosperidade estão se espraiando.*

Claro que não dá para exagerar. Ainda há muita pobreza. Mas a centralidade do tema da pobreza está mudando. Qual o tema que nos apaixonava no passado? O ‘subdesenvolvimento’. [...].

Esse problema não foi resolvido, mas é possível dizer hoje que houve avanços no enfrentamento da pobreza. As projeções indicam que estamos avançando e a tendência será avançar cada vez mais. E *La Nave Va*. Mas vai para onde? (Cardoso, 2012, p.79)

A passagem é clara: embora existam problemas econômicos, suas condições de superação estariam sendo projetadas. Assim, o problema da inclusão econômica deve ser substituído pela primazia das questões referentes à sociabilidade contemporânea. “Embora a discussão sobre o crescimento da economia continue a ter importância, as grandes interrogações dizem respeito à sociedade. *Como as pessoas vão se relacionar umas com as outras, como vão reagir diante dos fluxos de novidades que atravessam a sociedade.*” (Cardoso, 2012, p.180, grifo nosso).

Essa reestruturação da sociabilidade e dos processos econômicos seriam responsáveis pela formação de novos modos de produção de riqueza. Com o perdão da longa citação:

A formação da riqueza hoje não se dá apenas no chão de fábrica. *O novo não está apenas no mercado financeiro.* Está, por exemplo, na importância crescente dos fluxos de comunicação, dos circuitos de moda, do entretenimento, do turismo. Em uma palavra, *na inovação como tal*, como invenção de coisas que não existiam antes.

Fortunas se formam com grande rapidez sem relação direta com a propriedade da terra ou com a produção que se dá no chão da fábrica, e sim como consequência do engenho humano, da capacidade de antever o que pode acontecer, criar e inovar mesmo que a inovação possa ter efeitos perversos, como aconteceu no mercado financeiro com os derivativos.

Essas dinâmicas configuram novos padrões de geração de riqueza. Não é mais a riqueza que se baseava na acumulação primitiva e, em seguida, desembocava na dominação de pessoas sobre pessoas.

Isso também favorece a emergência de lideranças empresariais com uma outra mentalidade. A importância da filantropia no mundo de hoje é um fenômeno global. Há um número de bilionários que ganhou uma quantidade incrível de dinheiro, *aparentemente sem que isso implicasse na exploração de outros*. Gente como Bill Gates e os inventores do Google, Facebook e Twitter ganharam fortunas por sua capacidade de criar e inovar. (Cardoso, 2012, p.81, grifo nosso)

Presumivelmente, essas mudanças radicais na sociabilidade afetam as condições de existência de antigas estruturas sociais, entre as quais estão os próprios partidos. Para Cardoso, eles *"estão em crise. Como estão estruturados segundo os padrões de antiga sociedade, a nova sociedade não se reconhece neles nem se sente representada por eles."* (Cardoso, 2012, p.82, grifo nosso). Para o autor, seria preciso que tais estruturas lograssem representar "o novo".

Mas afinal, o que é esse novo? A meu ver é o fato de que a despeito da existência de estruturas, de uma ordem estabelecida, as pessoas estão cada vez mais se conectando por sua própria iniciativa. Independentemente das estruturas preestabelecidas. As pessoas vão para a Internet, entram no Facebook e têm amigos. Não é preciso perguntar se esses amigos são pobres ou ricos, qual sua origem familiar, qual seu nível de escolaridade. Nada disso tem a importância que tinha antes. (*idem*, p.82, grifo nosso)

Mais extensamente:

Vivemos em uma sociedade em que tudo se compartilha. No passado, o compartilhamento se dava por meio de estruturas organizadas, pertencimentos. Cada um tinha sido de tal ou qual colégio, tinha o seu partido, o seu sindicato etc. *Hoje as associações continuam a existir, mas é possível para qualquer um saltar tudo isso. Saltar inclusive a nação, o país, na medida em que, virtualmente, é possível ter amigos no mundo inteiro.*

Isso tem algum significado? Creio que sim, uma vez que estão sendo criados movimentos ou, pelo menos, predisposições anímicas e formas de socialização, de relaciona-

mento de uns com os outros, muito diferentes do que ocorriam no passado. (idem, p.83, grifo nosso)

No plano da teoria sociológica, Cardoso chega a afirmar a falência de conceitos como “comunidade” e “sociedade”, típicos da sociologia do final do século XIX e do início do século XX, pois hoje teríamos uma série de “comunidades virtuais”. Tendo em mente esse novo quadro é que podemos entender as sugestões e as conclusões a que chega o autor no tema dos partidos:

Na verdade os partidos não são capazes de tratar das questões reais que interessam ao dia a dia das pessoas. Estão cada vez mais desligados do mundo real. Isso aumenta o divórcio entre a sociedade e a política. A vida política institucional, o Congresso, os partidos, é algo que se passa lá em Brasília. O que acontece fora de Brasília é outra coisa.

[..]

Isso não é um fenômeno apenas brasileiro. Ocorre na Europa, ocorre nos Estados Unidos, com menos intensidade porque na tradição americana a sociedade não espera tanto do Estado e do sistema político. No Brasil temos hoje uma enorme desconexão entre sociedade e política. Não sei se será possível algum tipo de reconexão entre essas esferas. Pelas razões que apontei acima: a nova sociedade está se conectando de outra maneira. (Cardoso, 2012, p.89-90, grifos nossos)

Por tudo isso, o autor dirá que “é pouco o que os partidos podem fazer para que a voz de seus parlamentares alcance a sociedade.” (Cardoso, 2011, p.4) porque a crise dos partidos seria *estrutural*. Ainda assim, seria preciso agir e os partidos continuam a vigorar. Como? Como o seu partido deveria enfrentar essa situação, à qual se conjuga as derrotas sofridas para o PT? Cardoso o aconselha que direcione suas atenções aos setores que não estão no “povão”, que seria fiel ao PT, mas que vivem intensamente essa nova sociabilidade. Ou seja: as classes médias, “novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens)”, profissionais ligados a atividades contemporâneas, como Tecnologia da Informação (TI), entretenimento e ao que se tem chamado de “nova classe média” ou “classe C”.

Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, *Facebook, YouTube, Twitter*, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmo, no Congresso e nos governos. Se houver

ousadia, os partidos de oposição podem organizar-se pelos meios eletrônicos, dando vida não a diretórios burocráticos, mas a debates verdadeiros sobre os temas de interesse dessas camadas. (Cardoso, 2011, p.4)

Esquemmatizando para concluir: retomando as chaves analíticas propostas na introdução deste trabalho, podemos perceber, por meio das considerações do autor sobre o que está acontecendo hoje, que Cardoso continua a pensar a política como imbricada diretamente na estrutura social. Alterada tal estrutura, as possibilidades políticas também mudariam – e estas, por sua vez, podem mudar a estrutura. Esta forma de pensar a política atravessa o período que analisamos. Por outro lado, Cardoso parece ter aberto mão de se aproximar de uma política popular, pois, além do PMDB não ter se tornado o partido popular não-populista que imaginava, o PSDB também não logrou o feito, o que se deve, em parte, às opções políticas que tomou quando no governo. Isso sem mencionar a atuação dos últimos governos do PT, que estabeleceram relações com o que chama de “povão” – categoria que, sintomaticamente, parece já se opor aos conceitos tradicionais de classe. Assim, Cardoso parece ter sido, em alguma medida, “forçado” a pensar o PSDB como um partido de classe média não popular. A saída vislumbrada pelo autor-ator para esse nó teórico e prático é a busca pela vinculação de seu partido ao que é identificado por ele como o emergente, com o novo. Entretanto, isso seria possível no cenário pós-Lava Jato?

4. Considerações finais: um momento de incerteza política

Resta pouca dúvida de que a política brasileira recente foi marcada, ao menos, por três grandes acontecimentos: as jornadas de junho de 2013, a Operação Lava-Jato e o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Para encerrarmos este artigo, talvez convenha destacarmos as posições de Cardoso a respeito desses três eventos e como elas podem ser entendidas a partir de nossa exposição anterior.

Em sua primeira intervenção sobre as jornadas de junho de 2013, Fernando Henrique Cardoso as entendeu como confirmação de seu diagnóstico sobre os tempos atuais. Tomando como referência os trabalhos mais recentes do sociólogo espanhol Manuel Castells sobre o ciclo de revoltas populares na Europa e no Egito, Cardoso observa que primeiros embriões dessas novas formas de protesto já apareciam no maio

1968 francês e, no plano local, no movimento das Diretas Já! Uma leitura atenta permite indicar, em primeiro lugar, a tentativa de Cardoso de invalidar uma interpretação “clássica” dessas revoltas; para ele, a marca distintiva dessas novas formas de protesto estaria na sua pluralidade, a qual seria confirmada pela variedade de demandas.

No caso específico dos protestos de junho de 2013, teriam se conjugado, no plano das demandas, as críticas contra a corrupção e contra a qualidade do serviço público. No plano da forma, a novidade residiria no novo papel das redes sociais na organização dos protestos, “sem intermediação de partidos ou organizações e, conseqüentemente, sem líderes ostensivos, sem manifestos, panfletos ou tribunais” (Cardoso, 2013, p.1-2). E a própria dificuldade dos poderes públicos tradicionais em responder adequadamente às demandas também é tomada como sinal de crise dos mesmos. Essa seria agravada pela crise econômica ainda em processo de fortalecimento, supostamente causada pela retomada de ideias desenvolvimentistas equivocadas combinadas com a corrupção (Cardoso, 2013b, p.1-2). A proposta política do autor não poderia ser mais clara naquela altura:

Chegou o momento das vozes opositoras se comprometerem com um novo estilo de política e de assim procederem. Escutando e interpretando o significado do protesto popular. Sendo diretas e sinceras. Basta de corrupção e de falsas manias de grandeza. Enfrentemos o essencial da vida cotidiana, dos transportes à saúde, à educação e à segurança, não para prometer o milagre da solução imediata, mas a transparência das contas, das dificuldades e dos propósitos. E não nos enganemos mais: ou nos capacitamos para participar e concorrer num mundo global áspero e em crise ou nos condenaremos à irrelevância. (Cardoso, 2013b, p.2)

Nesse trecho estão reunidas, em forma de proposta política, a crítica ao estilo supostamente assumido pelo PT e o diagnóstico acerca da sociabilidade e dos imperativos econômicos da globalização.

Já o diagnóstico sobre a Operação Lava-Jato, iniciada em 2014 e ainda inconclusa, não possui a mesma clareza – o que é compreensível se levarmos em consideração a sua longa duração e suas múltiplas ramificações. Para os nossos propósitos, interessa indicar como Cardoso interpreta o impacto da Operação na política institucional brasileira e em seu próprio partido. Páginas atrás, utilizamos a noção gramsciana de “direção política e moral” para descrevermos o papel que Cardoso atribui aos principais partidos

políticos do país. Essa noção se apresenta aqui como chave, pois a Operação Lava-Jato mina, precisamente, a governabilidade das instituições porque, entre outros aspectos, afeta a credibilidade dos atores políticos. Desse prisma, a questão que se coloca automaticamente é: como esses atores poderiam, se é que podem, recuperar a credibilidade?

A resposta de Cardoso, nesse assunto, é clara, embora difícil para os atores políticos: assumir seus erros (Cardoso apud Evelin e Moura, 2017). Ao mesmo tempo, reconhece que seu próprio partido foi atingido pelas investigações e aponta que “o sistema [partidário] todo foi abalado pela Lava Jato e é inegável o desgaste de todos os partidos. Isso implica eu não diria uma refundação [do PSDB], mas os partidos têm que falar com o país, dizer ‘eu errei’ e ‘porque eu errei’. E têm que ter uma mensagem renovada. (...) Eu espero que o PSDB consiga.” (Cardoso, 2017b). A sua tentativa de implantar essa linha de conduta em seu partido se tornou prática quando, sob a presidência interina de Tasso Jereissati, o PSDB veiculou uma polêmica propaganda partidária no qual reconhecia seus erros. Segundo consta, o próprio Cardoso teria incluído no texto da propaganda o termo “presidencialismo de cooptação” (Bilenky, 2017). No final de 2017, por ocasião da Convenção Nacional do PSDB, Cardoso voltou a sublinhar a importância de que seu partido compreendesse a insatisfação popular com os políticos tradicionais, reconhecesse seus erros e buscasse novas formas de interação política entre os eleitores e os políticos do partido. Essa tese dialoga intimamente com a sua percepção acerca das novas formas de sociabilidade do mundo contemporâneo.

Ao analisar a postura do ex-presidente, ficam claras duas preocupações simultâneas e complementares: em plano mais geral, que a Operação Lava-Jato destrua as bases institucionais da política brasileira e acabe por dar ensejo a soluções autoritárias ou de natureza corrupta; e no que se refere ao seu partido, a de que a falta de reconhecimento de seus erros leve a sua base social preponderante, as classes médias – possivelmente um agrupamento social especialmente sensível ao tema da corrupção (Singer, 2012) –, a procurar outras alternativas eleitorais. Em suma, a capacidade de fornecer uma direção política e moral se traduz, na prática, no problema de *liderança* política.

Foi precisamente a partir dessa angulação, e não da acusação criminal, que Cardoso apoiou o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Depois de hesitar e indicar que preferiria que o segundo governo da presidenta petista terminasse, ainda que de maneira frustrada, Cardoso parece ter aderido à tese do *impeachment* mais por razões políticas

– isto é, a presidenta Dilma Rousseff teria perdido a capacidade de governar o país – do que por questões propriamente criminais. Mesmo nas ocasiões em que aponta a existência da prática de crimes por parte de Rousseff, Cardoso reconhece que esse foi um processo com fortes tintas políticas (Lima, 2016). É claro que todo processo de impeachment carrega em si uma dimensão política; entretanto, a questão está em saber – e Cardoso não parece convicto disso – se havia (ou não) razões jurídicas para tal. Sua posição a esse respeito oscilou: quando, em março de 2015, era contrário ao impeachment, apontava que esse mecanismo constitucional “era como uma bomba atômica, é para dissuadir, não para usar” (Revista Forum, 2013); quando se tornou favorável, em torno de um ano depois (Folha de São Paulo, 2016), declarou que o “impeachment não traz risco à democracia” (Vieira e Peres, 2016). A tensão da argumentação do autor volta a aparecer na coluna que escreveu para os jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo* intitulada “A constituição é o caminho”, de 4 de abril de 2016 (Cardoso, 2016).

Tendo em vista todas essas questões, somadas às oscilações em relação ao governo Michel Temer (Agostine, 2017; Jornal do Brasil, 2017) e às incertezas sobre seu partido, torna-se perceptível que Cardoso acredita estar diante de um cenário político crítico. Se nossa argumentação estiver correta, é de se esperar que o sociólogo e ex-presidente da República procure a solução na movimentação das classes sociais, como é de seu feitio. Se isso ocorrer, perceberemos que os instintos sociológicos e políticos de Cardoso continuarão a se combinar, apesar da sua troca de lado nas lutas sociais e das recentes derrotas sofridas pelo seu partido.

Bibliografia:

Agostine, Cristiane. 2017. PSDB precisa fazer ‘mea culpa’ e deixar o governo Temer, diz FHC.

Valor Econômico. 5 de novembro de 2017. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/politica/5182489/psdb-precisa-fazer-%3Fmea-culpa%3F-e-deixar-o-governo-temer-diz-fhc>

Bilenky, Thaís. 2017. FHC incluiu termo polêmico em peça do PSDB. *Folha de São Paulo*. 19 de agosto de 2017. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911180-fhc-incluiu-termo-polemico-em-peca-do-psdb.shtml>

Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. 1973. *Dependência e desenvolvimento na América*

Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Cardoso, Fernando Henrique, 1974. Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In Lamounier, Bolívar e Cardoso, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra.

Cardoso, Fernando Henrique. 1978. A questão dos partidos. *Contexto*, nº5, março de 1978.

Cardoso, Fernando Henrique. 1980. *As ideias e seu lugar – ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Cadernos CEBRAP, nº33. Petrópolis: Editora Vozes/CEBRAP.

Cardoso, Fernando Henrique. 1983. Partidos, Hoje. In Konder, Leandro; Cerqueira Filho, Glisário e Figueiredo, Eurico de Lima (orgs.). *Por que Marx?* Rio de Janeiro, Graal.

Cardoso, Fernando Henrique. 1991. Entrevista dada no Programa Roda Viva. Disponível em: www.rodaviva.fapesp.br

Cardoso, Fernando Henrique. 1993. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Cardoso, Fernando Henrique. 1998. Entrevista dada no Programa Roda Viva. Disponível em: www.rodaviva.fapesp.br

Cardoso, Fernando Henrique. 2003. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Cardoso, Fernando Henrique. 2006. *A arte da política – a história que vivi*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Cardoso, Fernando Henrique. 2009. Entrevista. In: Montero, Paula e Moura, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo, Cosac Naify.

Cardoso, Fernando Henrique. 2001. O papel da Oposição. *Revista Interesse Nacional*, Ano 4, número 13.

Cardoso, Fernando Henrique. 2012. *A soma e o resto – um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Cardoso, Fernando Henrique. 2013. Tempos difíceis. *O Globo*. 7 de julho de 2013. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/principal/anexo?acao=abrirDocumentoDoContent&anexo=34595001&fichaId=34595&iframe=true&width=100%&height=100%>

Cardoso, Fernando Henrique. 2013b. Cartas na mesa. *O Estado de São Paulo*. 4 de agosto de 2013. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/principal/anexo?acao=abrirDocumentoDo>

- Content&anexo=34768001&fichald=34768&iframe=true&width=100%&height=100%
- Cardoso, Fernando Henrique. 2014. A que ponto chegamos! *O Globo*. 4 de maio de 2014. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/principal/anexo?acao=abrirDocumentoDoContent&anexo=47022001&fichald=47022&iframe=true&width=100%&height=100%>
- Cardoso, Fernando Henrique. 2015. *A miséria da política – crônica do lulopetismo e outros escritos*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- Cardoso, Fernando Henrique. 2016. A constituição é o caminho. *O Estado de São Paulo*. 4 de abril de 2016. Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-constituicao-e-o-caminho,10000024463>
- Cardoso, Fernando Henrique. 2017. Hora de decidir. *El País*. 4 de novembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/04/opinion/1509820887_546011.html
- Cardoso, Fernando Henrique. 2017b. Entrevista. *Jornal Grande Bahia*, 4 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/05/reconhecendo-que-lava-jato-atingiu-proceres-do-psdb-ex-presidente-fernando-henrique-cardoso-afirma-que-partido-tem-varias-pecas-de-substituicao/>
- Coutinho, Carlos Nelson. 1980. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- Evelin, Guilherme e Moura, Marcelo. 2017. Fernando Henrique Cardoso: “Se o PSDB for pego, tem de dizer: ‘Eu errei’”. *Época*. 24 de março de 2017. Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/03/fernando-henrique-cardoso-se-o-psdb-pegado-tem-de-dizer-eu-errei.html>
- Folha de São Paulo. 2016. FHC passa a defender o impeachment de Dilma. *Folha de São Paulo*. 19 de março de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751953-fhc-passa-a-defender-impeachment-de-dilma.shtml>
- Gramsci, Antonio. 1999. *Cadernos do cárcere* (volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Gramsci, Antonio. 1999b. *Cuadernos de la cárcel* (tomo 5). Puebla. Ediciones Era e Benemérita Universidad Autónoma del México.
- Gonçalves, Rodrigo Santaella e Brito, Leonardo Octavio Belinelli de. 2017. “Nacionalização” do marxismo: os casos do Seminário d’O Capital e do grupo Comuna. *Revista Outubro*, n.28. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/04/05_

Santaella-e-Belinelli_2017.pdf

Jornal do Brasil. 2017. FHC pede grandeza a Temer pra reduzir próprio mandato. *Jornal do Brasil*. 26 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/06/26/fhc-pede-grandeza-a-temer-para-reduzir-o-proprio-mandato/>

Lahuerta, Milton. 2001. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Caderno AEL*, vol. 8, nº14/15.

Lahuerta, Milton. 2008. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In Botelho, André; Bastos, Élide Rugai e Villas Boas, Gláucia (org.). *O moderno em questão – a década de 1950 no Brasil*. Editora Topbooks, Rio de Janeiro.

Lamounier, Bolívar. 1997. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: Fausto, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano – volume 9*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Lima, Marina. 2016. Fernando Henrique Cardoso declara apoio ao impeachment: “Razões são suficientes”. *O Globo*. 10 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/fernando-henrique-declara-apoio-ao-impeachment-razoes-sao-suficientes-18269422>

Martí, Silas. 2017. Partidos perderam credibilidade, diz FHC em Nova York. *Folha de São Paulo*, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935558-partidos-perderam-credibilidade-diz-fernando-henrique-em-nova-york.shtml>

Oliveira, Francisco. 1992. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago Editora.

Revista Forum. 2013. “Impeachment é como bomba atômica: é para dissuadir, não para usar”, diz FHC. *Revista Forum*. 10 de março de 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/03/10/impeachment-e-como-bomba-atomica-e-para-dissuadir-nao-para-usar-diz-fhc/>

Rodrigues, Leôncio Martins. 2009. Fernando Henrique Cardoso: ciência e política como vocação. In: Botelho, André e Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

Toledo, Roberto Pompeu de. 1998. *O presidente segundo o sociólogo – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo, Companhia das Letras.

Schwarcz, Roberto. 1999. *Sequências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras.

Schwarz, Roberto. 2000. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Editora 34.

Schwarz, Roberto. 2009. Entrevista. In: MONTERO, Paula e MOURA, Flávio (orgs). *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo, Cosac Naify.

Schwartzman, Simon. 2007. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro. Publit Soluções Editoriais.

Singer, André. 2012. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

Vieira André Guilherme e Peres, Bruno. 2016. Impeachment não traz risco à democracia, diz FHC. *Valor Econômico*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/03/10/impeachment-e-como-bomba-atômica-e-para-dissuadir-nao-para-usar-diz-fhc/>

Recebido:29/06/2017

Aceito: 20/08/2017